

Mulheres sem moral e homens estouvados: a vigilância e a repressão policial para com os pobres no início do século XX.

INOCÊNCIA DA SILVA GALVÃO NETA\*

Nos idos do século XIX iniciou-se uma época de mudanças sociais no Brasil. A vida urbana e o aparecimento da mentalidade burguesa, junto ao advento do capitalismo reestruturou as relações familiares e, por conseguinte, o “modo de ser feminino”. Segundo Maria Ângela D’ Incao essa época marca o início de uma transformação na sensibilidade e na maneira de pensar a afetividade, o amor e as relações familiares. Em Recife, no início do século XX, a imprensa era o grande órgão propagador do comportamento exigido pela ordem social às senhoritas e senhoras. A documentação dessa época atesta que do mesmo jeito que nas grandes capitais, Recife possuía alguns periódicos que mostravam uma grande quantidade de textos voltados para o público feminino.

George Oliven comenta o fato de a questão social ser considerada um caso de polícia e que por isso, se criaram numerosos *mecanismos de intimidação e controle* que existem até a atualidade. Embora a corporação citada tenha também interesses próprios. Wellington Barbosa da Silva aponta as forças policiais como instituições que possuíam outras funções que não as de “viabilizar a reprodução dos mecanismos políticos de dominação ou a de adequar a população pobre livre às transformações sociais” necessárias para o incipiente mercado de trabalho. Enfim, as corporações em questão não serviram apenas aos projetos de modernização que as elites dirigentes tanto almejavam. O autor analisa que embora as ditas forças representassem algum papel de controle dos hábitos da população pobre, essa característica não deve ser levada em altíssima conta.

O historiador adverte que a polícia possuía suas prioridades, seus métodos e comportamentos próprios. Que a mesma, muitas vezes, não obedecia nem aos seus próprios regulamentos oficiais e aos códigos de leis. Os problemas internos desta instituição também contribuíam para dificultar e até para tornar irrealizável o projeto de civilizar a capital pernambucana. Havia questões de ordem estrutural como o número ínfimo de policiais e a habitual indisciplina destes. (SILVA: 2005, pp. 211 a 237) George Oliven adverte que o mais

---

\* Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutora em história.

*bizarro* desses mecanismos é o de que uma pessoa pode ser presa acusada de vadiagem num Estado que não tem a possibilidade de disponibilizar emprego a toda população economicamente ativa. Em outras palavras, um indivíduo pode ser detido pelo simples fato de não ter carteira assinada num país onde não há possibilidade de todos possuírem uma. O autor finaliza essa questão com uma frase que é muito esclarecedora para essa questão: “em vez de combater o desemprego, o Estado combate o desempregado.” (OLIVEN, 1982: 14)

Para George Oliven a violência com que a polícia sempre tratou as classes populares não é uma distorção que se deve ao despreparo desse aparelho de repressão. Para ele, esse ato tem uma função, sobretudo, política. Serve para conservar a hegemonia das classes mais abastadas e fazer com que as classes médias tenham uma ilusão nos ganhos da organização política que está fundamentada nessa repressão. Todavia, como analisamos acima, devemos lembrar que não podemos apenas tomar essa análise como única. A polícia não serve apenas para reprimir os mais pobres. A sua criação não foi dirigida unicamente para este fim. (OLIVEN, 1982: 14)

Oliven comenta ainda que a continuidade dessa “repressão ilegítima” firma o sentimento de segurança das classes médias as quais se sentem continuamente ameaçadas com qualquer possibilidade de aumento de participação efetiva das classes populares. Ao analisarmos e refletirmos sobre a situação atual vemos claramente tais combates. Se observarmos melhor essa questão percebemos que não se trata de algo ilusório que apenas havia em alguns escritos político-ideológicos do século XIX. O governo que contempla as classes altas e médias não poderá ao mesmo tempo elaborar políticas públicas que auxiliem de maneira plena as classes populares. Até a atualidade não há lugar para todos dentro da estrutura político-econômica que vivemos. Imagine no ex-império, recém-republicano do início do século XX! A formação da classe operária não foi tranquila numa época, como já foi citado, em que a questão social era caso de polícia. Antonio Paulo Rezende também aborda a mesma questão afirmando que: “Os trabalhadores são identificados como perturbadores da ordem, tão perigosos como criminosos comuns.” (REZENDE, 1997: 37)

Além do mais, os governantes queriam mesmo é impor a “civilização” à maioria da população. Os novos hábitos eram “empurrados goela a baixo” e suas reivindicações, como as lutas do operariado na época eram vistas como um caso de polícia. Pois como relata Antonio Paulo Rezende:

*As relações de poder e o espaço de participação dos mais desfavorecidos não propiciavam possibilidades para mudanças no contexto político. (...) mesmo a discussão sobre condições de socialização dos direitos políticos, não foi uma preocupação que marcasse as formulações dos intelectuais mais conhecidos da época, mesmo os ditos modernos. As alternativas passavam mais pela capacidade das elites elaborarem e executarem políticas, por elas dirigidas, sob o signo da cooptação. Aqueles que se colocavam como defensores de reformas urbanas modernizadoras, pouco se importavam se a via autoritária era o melhor caminho para efetivá-las. (REZENDE, 1997: 35)*

Rachel Soihet sugere que no Brasil dessa época, três características são essenciais para analisarmos a recente ordem estabelecida: A tríade ordem, higienização e modernização são a própria instauração da ordem burguesa. Como foi dito anteriormente, desde o século XIX já havia a preocupação por parte dos grupos ascendentes de dar ares civilizados às suas capitais. Tal estruturação representava o desejo de “adequar” as grandes metrópoles aos novos tempos e Paris era o modelo perfeito, pois a influência de Haussman era visível nos espaços físicos das nossas principais cidades. Dentro desses novos modelos para as ruas, avenidas, casas, etc. houve também, por parte das autoridades, uma necessidade em rever outras questões: a disciplina para o trabalho e para os novos hábitos se tornava então urgente dentro dessa nova ordem.

A partir dessa época iniciava-se uma preocupação em “organizar” a família e uma classe dirigente consistente como relatam Rachel Soihet, Maria Lígia Fernandes e Pedro Vilarinho. (SOIHET: 1997; FERNANDES: 2010; VILARINHO: 2010). Os grupos dirigentes sentiam a necessidade de uma população que respeitasse as leis e os costumes, e eram as classes populares as mais visadas por possuírem: *valores diversos, próprios da cultura popular.* (SOIHET:1997, p.362) Segundo Rachel Soihet, para os representantes da nova ordem era fundamental que as camadas “menos favorecidas” se adaptassem aos novos costumes. Pois:

*Dessa forma, as relações familiares foram se adequando a padrões disciplinares, passando a constituição da nação a ser alvo das preocupações de médicos, juristas e políticos. A sexualidade se transformou em assunto de Estado, em função das*

*exigências e definições médicas sobre a normalidade.* (VASCONCELOS, 2010: 311)

As famílias das classes menos abastadas eram sempre as mais visadas porque eram as que apresentavam tipos de comportamento considerados “inadequados” à nova era. Pelo menos de maneira mais explícita, pois as agressões, muitas vezes, eram vistas nas ruas; em locais onde a população pobre transitava com mais frequência. No caso da cidade do Recife vemos mais frequentemente nas notícias, ruas centrais como: Rua da Palma, Diário de Pernambuco, Imperial, da Guia, Praça do Carmo e bairros como: Ilha do Leite e São José, bem como alguns lugares nos arrabaldes: o Pombal, Afogados, Ponto de Parada, em Beberibe, Torre e Santo Amaro. No jornal do Recife, em matéria do dia 7 de janeiro de 1928, o redator citou alguns bairros onde há muitos problemas referentes a crimes e toda sorte de desordens como Espinheiro e Zumby. Apenas para mostrar alguns exemplos de lugares mencionados também noutros jornais da época.

Os populares do sexo feminino iam ao passeio público também no intuito de arranjar o sustento, ou seja, as mulheres, até pela própria condição, tinham mais “liberdade” para transitar nas ruas. Melhor dizendo: muitas vezes, o fato delas irem às ruas com mais frequência era devido a uma questão de sobrevivência! Sobre o cotidiano das mulheres pobres com relação ao ato de frequentarem as ruas, advertimos que não é um comportamento exclusivo do século XX. Maria Emília Vasconcelos dos Santos (SANTOS, 2007) informa que o bairro de São José, especificamente na Rua Imperial, que era a principal via de entrada da Cidade do Recife para os produtos de exportação que vinham do interior da província e que eram enviados ao porto, no século XIX era um dos pontos de encontro de pessoas que,

*(...) trabalhavam em diversas atividades no Bairro de São José: pintores, encadernadores, alfaiates, parteiras, senaleiros, funileiros, criadas domésticas, lavadeiras, engomadeiras os quais atendiam às demandas do crescimento das atividades mercantis na Cidade do Recife.* (SANTOS, 2007: 27) Grifos nossos.

Nota-se claramente, pelas matérias, que também na cidade do Recife, elas possuíam um comportamento diferenciado quando discutiam com seus companheiros, gritavam e brigavam agredindo-se verbal e fisicamente em plena rua. Em suma, o comportamento social

dos pobres no Recife não diferia do de nenhum outro lugar que tenhamos lido como no texto já citado de Rachel Soihet.

Há, muitas vezes, nos jornais locais, matérias que, já pelos títulos sabemos tratar-se de reclamações referentes ao comportamento das mulheres pertencentes às classes populares. Aberturas que trazem os seguintes adjetivos: “Mulher arruaceira”, “Mulher sem Compostura”, em tom jocoso trazem os codinomes de figuras já conhecidas na cidade por verter impropérios ao longo das ruas e becos.

Os crimes, delitos ou violência de toda ordem também aconteciam dentro dos domicílios. Há muitas notícias mostrando que a polícia chegava também às casas dos populares. No dia 9 de julho de 1928 foi veiculada uma nota, bastante ilustrativa, sobre José Francisco da Silva “vulgarmente conhecido como José Bilheteiro” (Jornal Pequeno, 1928: 4) que morava na Rua das Barreiras em Chapéu de Sól e que foi logo tachado pela imprensa de “... Muito estouvado, atrabiliario...” (Jornal Pequeno, 1928: 4) Noutras palavras, a imprensa já o acusava de colérico, muito propenso a brigar, discutir e, por isso, podia-se chegar facilmente à conclusão que era uma pessoa com problemas para viver em sociedade. Por mais que hoje em dia tais adjetivos sejam interpretados de maneira pueril sabe-se bem que a ciência estava também a serviço da marginalização e reclusão dos que não se adequavam à moral e aos tão louvados bons costumes. A medicina da época demarcava bem as pessoas “diferentes”. Tomando como base a literatura da época sobre o tema, especificamente do final do século XIX e começo do XX, percebe-se ser psiquiatria e os manicômios de grande “ajuda” para esse fim.

O fato é que a notícia continua informando que José “bilheteiro” “... entrou a discutir com a mulher que vive em sua companhia, chegando ao ponto de espancal-a.” Melhor dizendo, o “estouvado” havia acabado de provar, segundo o julgamento da época, sua propensão natural à violência. Talvez por ser pobre. A matéria também noticia o desfecho da contenda: primeiro fica claro que José bilheteiro ultrapassou os limites apenas quando chegou “ao extremo” de bater na mulher. Segundo, o texto mostra que depois: “... lhe apareceu à porta a polícia que o conduziu, preso, para o xadrez da delegacia do Arruda onde ficou à disposição do respectivo comissário.” (Jornal Pequeno, 1928: 4)

A questão é que a polícia facilmente entra na casa e leva o indivíduo preso. Nas entre linhas nota-se que o problema maior seria como o próprio título diz “As proezas de José Bilheteiro” que “levaram no ao xadrez”. (Jornal Pequeno, 1928: 4) Em outras palavras, o que

fez com que ele fosse punido pelo delito pode não ter sido tanto o fato de ter usado de violência com sua companheira. A sua prisão deveu-se muito mais à perturbação da ordem, pois pouco importava que ele a tivesse humilhado, xingado ou até mesmo ameaçado. O cerne da questão é que ele, segundo julgamento da época, passou dos limites quando chegou ao extremo de agredi-la. A violência sutil não contava, pois lembramos que o homem tinha o direito de “corrigir” e “educar” sua companheira, suas filhas e todas as outras pessoas “juridicamente incapazes” de acordo com a própria lei.

As agressões verbais não eram bem vindas porque eram contra a moral e os bons costumes, como, por exemplo, o fato de dizer palavras de baixo calão em plena rua. Cabia ao chefe da família a função de por ordem no seu lar. Pelo menos teoricamente, pois, muitas vezes, nesse quesito eles praticavam tantos delitos quanto suas esposas, filhas ou amasias. Em suma, a moral e a ordem imposta pelo projeto civilizatório faziam parte do microcosmo social: A família.

As prisões se davam muito mais por causa da presença incômoda dos pobres para as pessoas da elite. Como já foi dito anteriormente, tornar as ruas e avenidas modernas significava também livrá-las dessas pessoas por se tratarem de uma parcela da sociedade que não se comportava com educação. Pessoas que perturbavam a ordem. Não se portavam de acordo com as regras sociais. Rachel Soihet afirma que, no que diz respeito às formas de violência, no tocante à condição feminina, isto é, ao relacionamento homem/mulher, os pobres possuíam comportamentos bem peculiares:

*Apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos, ligados às suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. (SOIHET, 1997: 367)*

A autora relata que tais mulheres precisavam trabalhar muito e a maioria não era casada de fato ou no papel. Elas falavam palavrões, brigavam publicamente, enfim não se comportavam de acordo com os padrões exigidos ao seu sexo. Soihet afirma ainda que o fato

de trabalharem e terem que tomar suas próprias decisões influenciava na maneira de pensarem e viverem. Sua condição contribuía para sua maneira de agir, de se comportar. Além do mais, ganhavam muito pouco por serem consideradas indivíduos inferiores e que trabalhavam “apenas para seus botões”. Eram responsáveis pelos filhos, pois, segundo teorias propagadas à época, tinham uma habilidade nata para cuidar deles. Apesar de todas essas “liberdades”, elas também desejavam coisas similares às senhoras da elite. Almejavam casar-se, e apesar de, muitas vezes, reagirem a certas imposições masculinas, também acreditavam na sua subalternidade. Embora contribuíssem para o sustento da casa e dos filhos eram as responsáveis pelos serviços domésticos. Em resumo, tinham como verdadeiro que havia muitas obrigações reservadas ao seu sexo. (SOIHET, 1997: 367)

Com relação à repressão dos pobres, especificamente das mulheres que pertenciam a essas camadas, uma notinha no jornal também chama bastante atenção pelo tom cáustico. O título e subtítulo já demonstram que o motivo de algumas prisões era manter a ordem nas ruas: “O xadrez está cheio.” Começa a matéria e logo abaixo temos: “Vagabundos, ladrões, desordeiros e mulheres sem moral, tudo no pote! (sic)” [Grifo nosso] (Jornal Pequeno, 1928: 1) A partir da leitura dos enunciados já fica muito claro que todos os delitos cometidos são postos no mesmo patamar. Significava que ser ladrão, desordeiro ou ser uma mulher fora dos padrões era algo passível do mesmo tipo de condenação. A prisão. Em seguida a pequena matéria informa apenas os nomes e os números dos guardas que executaram a prisão de quatro homens, por vagabundagem, um por roubo e dois por agressão. Já com relação às mulheres, seis foram presas por “*contravenção ostensiva às ordens da polícia de costumes.*” Apesar da matéria não trazer maiores detalhes é muito fácil perceber do que se tratava.

Outro exemplo do preconceito com que eram vistos os populares é a matéria intitulada “Nem sempre da discussão nasce a luz.” Ela conta que o gazeteiro Antonio José de Oliveira é “doidinho por um bate boca.” E completa que “...Emilia Maria Campos não lhe fica atrás.” Quando o redator expõe a natureza briguenta dos dois ele logo trata de contar o fato: “Esta noite os dois se encontraram na Rua do Fogo. Mediram-se de cima a baixo, fuzilaram-se com os olhos...” A princípio percebe-se logo que é muito pouco provável que a polícia tenha assistido ao início da briga e, portanto, não chegaram a ver os preâmbulos gestuais das agressões. A não ser que o início da discussão acalorada tenha tido testemunhas. Não podemos saber ao certo. Talvez se tratasse de uma justificativa para a prisão. O jornalista

termina a nota informando que para não resultar em coisa pior a polícia foi obrigada a intervir “... pondo os “brabos” no xadrez da primeira delegacia.” (Jornal Pequeno, 1928: 4)

O que temos então nesses exemplos citados são pessoas que não foram presas por roubar matar ou agredir alguém, pois se tivessem cometido algum delito específico, estaria estampado na matéria jornalística. Talvez tenham sido presas apenas por não se portarem com a devida educação que toda senhora ou moça de bem deveria ter. O que temos registrado nas páginas dos jornais são demonstrações de vários tipos de repressão e, portanto, de violência, do Estado e de parte da sociedade para com os pobres. Dentro dessa parcela da população eram praticados inúmeros tipos de violência contra as mulheres. Ao analisar essa mesma situação, Raquel Soihet confirma nossa ideia a respeito dos diversos tipos de agressões, de injustiças cometidas contra as classes populares quando afirma, igualmente, que elas sofriam os efeitos de uma ordem social injusta e discriminatória. Além de terem um cotidiano

*(...) marcado pelas dificuldades de sobrevivência, (...) deparamos com mulheres bastante diferentes do estereótipo feminino da época. Embora não deixassem de experimentar a influência dos padrões culturais vigentes, essas mulheres expressavam no comportamento suas condições concretas de existência, marcada por precariedades materiais que as obrigavam a uma constante luta. Consideradas perigosas por serem pobres, eram sujeitas a constante vigilância (...). (SOIHET, 1997 : 398)*

Muitas vezes eram presas ou espancadas pelo simples fato de não seguirem as normas sociais. Às vezes também por reagirem aos abusos praticados contra elas. Por vezes, o que se observa é que a polícia e o Estado também puniam as mulheres simplesmente por serem... mulheres.





Bibliografia:

OLIVEN, George. *Violência e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. “*Moças honestas” ou “meninas perdidas”*: um estudo sobre honra e os usos da justiça pelas mulheres pobres em Pernambuco Imperial (1860-1888). 159 p. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife, 2007.

SILVA, Wellington Barbosa da. “O delegado e a teia: a montagem do aparato policial no Recife durante a primeira década do segundo reinado (1840-1850)” *In Clio: Revista de pesquisa histórica*, n. 21. Recife: Editora Universitária, 2005.

VASCONCELOS, José Geraldo. (org.) *Lápis, agulhas e amores: história das mulheres na contemporaneidade*. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.